



Mercadante (em pé) propõe a Passarinho (D) que deponham primeiro os parlamentares investigados pela CPI

Depoimentos frustram CPI mas cronograma é mantido

257

Numa crise sem precedentes desde que foi instalada, a CPI do Orçamento decidiu, ontem à noite, manter os critérios de tomada dos depoimentos, apesar de não avançar nas investigações. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) havia solicitado ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), uma mudança da pauta, por entender que deveriam depor primeiro os parlamentares previamente investigados pelas subcomissões.



Alguns parlamentares chegaram a levantar suspeitas sobre o comportamento da mesa diretora. "A causa da escolha desse critério é manter determinadas pessoas fora do clima da CPI", acusou, por exemplo, o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ). Passarinho reagiu afirmando que para ele "não existe direita, nem esquerda, nem

centro" e que "a mesa não tem interesse em proteger ninguém". Afirmou, ainda, que não fora informado sobre a situação dos depoentes — se tinham ou não sido devidamente analisados pelas subcomissões.

Com a decisão de ontem à noite, alguns nomes serão ouvidos pelo plenário, outros em diligências ou por subcomissões. A reunião foi tensa e durou duas horas e meia, atrasando o início do depoimento do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), marcado para as 19h. Ao final, a crise não havia terminado. O deputado Aloízio Mercadante lamentou a decisão e disse que não fará perguntas nos depoimentos de plenário. "Há parlamentares com informações prontas das subcomissões e que poderiam ser inquiridos com mais rigor", explicou.

Os nomes que serão ouvidos em diligências são os que estão sendo investigados desde o início da CPI: senador Saldanha Derzi (PP-MS), deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ); senador Mauro Benevides (PMDB-CE); deputado Gastone Righi (PTB-SP), senador Alexandre Costa (PFL-MA); deputados Êzio Ferreira (PFL-

AM), Anibal Teixeira (PTB-MG) e Pinheiro Landim (PFL-PI) e os ex-ministros Henrique Hargreaves e Carlos Chiarelli. Os deputados Raquel Cândido (PTB-RO) e Paulo Portugal (PP-RJ) serão ouvidos pela Subcomissão de Subvenções Sociais.

Os parlamentares que serão ouvidos pelo plenário são os que foram mencionados nos documentos apreendidos na casa do diretor da Norberto Odebrecht, Aílton Reis. São nomes que as subcomissões ainda estão investigando. Com poucas informações, os inquiridores não encontram o que perguntar aos depoentes. Mercadante evitou dizer se estes nomes estariam sendo protegidos pela CPI. "O tempo vai dizer. Não acho que é má-fé, mas foi uma decisão equivocada".

A decisão será mantida até que o plenário da Câmara vote a prorrogação de dez dias. Se a prorrogação for aprovada, a discussão sobre a ordem dos depoimentos voltará a ser discutida pela CPI. O senador Jarbas Passarinho disse que tentaria convencer o governador Joaquim Roriz a antecipar o seu depoimento de domingo para sábado.